



MULHER, MEMÓRIA E MILITÂNCIA NOS “ANOS DE CHUMBO”(SÃO PAULO E RECIFE)

Marina Costin Fuser¹

Introdução

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como uma imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido.²

A frase é de Walter Benjamin, o ano é 1940, o alvo é o nazismo. Perseguido pelas tropas nazistas, o brilhante filósofo e sociólogo alemão autor de *Passagens* entre outras obras-primas, suicida-se nesse mesmo ano. Sua denúncia da barbárie encontra eco nos quatro cantos do mundo, dando luz a uma crítica que ultrapassa a temporalidade do nazismo. A importância da rememoração, do recordar-se das imagens de um passado fadado ao esquecimento adquire suma importância no marco de uma memória coletiva da barbárie humana. É com o intuito de impedir que a memória se cale face à barbárie vivida, que se faz necessário “escovar a história a contrapelo”, ou seja, restituir o mosaico dos fragmentos da memória vivida em um determinado tempo histórico, em uma dada sociedade, dentro de uma configuração que permita reconstituir os fragmentos perdidos no tempo e permitir um salto sob o livre céu da história; permitir que a consciência histórica faça “explodir o *continuum* da história”.³

A reflexão de Benjamin é análoga à barbárie vivida em todos os momentos em que o “estado de exceção” exorta a brutalidade humana em relações díspares de poder, sobretudo quando orquestradas sob a maestria do Estado. É nesse sentido que pretendo lançar luz sobre o cenário mais atroz vivido pelas gerações passadas: a barbárie que ainda subsiste relutante na memória daqueles que viveram os ditos “anos de chumbo” no Brasil.

A abertura dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi um passo imprescindível para se reconstituir a memória da barbárie vivida no momento em que a repressão e a tortura constituíam instrumentos de disciplina e ordem. O terror utilizado como método de governo precisa ser revelado à população. O direito de saber o que aconteceu com os corpos desaparecidos de familiares e entes queridos é essencial. Mais do que isso: reconstituir a

¹ PUC-SP

² BENJAMIN, Walter (1996). “Sobre o Conceito de História”. In: *Walter Benjamin – Obras Escolhidas Vol I: Magia e Técnica, Arte e Política*. Trad: Sérgio Paulo Rouanet. 10ª edição, Ed. Brasiliense, São Paulo-SP. P-224.

³ Id. Ibidem. P-230.



barbárie é um primeiro passo no intuito de se tirar as lições sofridas a duras penas da história socialmente vivida e impedir que ela torne a se repetir.

Ainda que tais arquivos tenham páginas arrancadas e a fonte de suas informações seja bastante questionável, partindo de que seus redatores eram os próprios capatazes dos órgãos repressivos do Estado militarizado, a recente abertura dos arquivos possibilitou o esclarecimento quanto às circunstâncias das mortes de desaparecidos políticos, orientando a busca pelos corpos, dando vazão à parcial restituição de alguns danos causados – uma vez que tais danos sejam irrestituíveis por excelência. Não é possível devolver o tempo que lhes foi roubado, ou apagar os traumas que derivam da tortura, quanto menos ressuscitar os mortos, mas cabe devolver-lhes a dignidade da memória.

Sob a Égide da Ditadura

De acordo com o sociólogo Florestan Fernandes, a ditadura militar aparece no Brasil como um “mecanismo de autodefesa política”⁴ frente a antagonismos acirrados em um momento de crise do capitalismo dependente latino-americano. O golpe privilegiou os interesses das camadas dominantes (tanto internas como externas) em uma “ditadura de classe”, onde a concentração de poder “veio a ser mais rígida, violenta, sistemática (...) a opressão tornou-se aberta e desmascarada”⁵. Segundo Fernandes:

As elites militares foram compelidas a uma composição interna através da qual o controle do poder tem seu preço no próprio âmbito das forças armadas impondo a neutralização calculada das opções políticas divergentes e a eliminação dos intolerantes. (...) Isso foi conseguido através de uma nova ideologia, construída sobre a concepção militar de “desenvolvimento com segurança”. De outro lado, a conjugação da ditadura militar com uma filosofia altamente tecnocrática implica um gradual endurecimento de calibre direitista. A militarização do Estado e da política tende a mover-se facilmente na pior direção, pois, como uma fonte visível de totalitarismo fascista.

O golpe militar no Brasil acompanha a onda dos golpes militares que abalou a América Latina entre as décadas de 1960 e 1970, colocando em relevo a noção de “segurança nacional” cuja autoria se remete ao coronel G. Lincoln diretamente do Pentágono, que divide o mundo em fronteiras ideológicas ao passo que pressupõe a existência de “inimigos internos”. O que está imbricado no conceito de “segurança nacional” é um combate ao comunismo, dentro e fora das fronteiras nacionais. Ambos os conceitos de “inimigo interno” e de “elementos subversivos” foram definidos em termos vagos, de modo a que qualquer opositor pode se converter em uma ameaça, e merece arcar com severas conseqüências. Está instaurado um novo tipo de tirania.

⁴ Id. Ibidem. P-105.

⁵ Id. Ibidem. P-106.



Frente a um cenário de crise orgânica aberta, a resposta teria que ser compatível com os interesses das elites dominantes, disciplinando assim não apenas os elementos apontados como “subversivos”, mas todos aqueles contrários aos rumos do país em todas as esferas. Do ponto de vista da economia, havia a necessidade de se pôr fim à crise vigente e dar passos consideráveis no campo industrial no compasso da modernização. Urge a necessidade de uma mudança estrutural da economia. Com o poder centralizado nas mãos de um poder autoritário, cimentam-se as bases do que veio a ser chamado de “milagre econômico”. De acordo com Ana Tossato:

Este modelo baseava-se em um alto endividamento externo, combinado a uma nova estrutura da indústria, que inseria, com maior intensidade, no país, a produção de bens de consumo duráveis. A nova perspectiva da produção estava orientada à exportação, desenvolvida neste momento através de produtos manufaturados. Além disso, esse desenvolvimento da produção foi marcado por um aumento na exploração da classe operária.⁶

Tal cenário de bonança econômica e relativa estabilidade do regime ditatorial com base na disciplinarização de segmentos da economia, o fluxo ascendente da economia no continente e, do ponto de vista político-social, no refluxo dos atores sociais contrários ao golpe, aniquilados pela primeira onda repressiva, pautada na cassação de mandatos políticos, no dismantelamento de direitos políticos e na suspensão da estabilidade do funcionalismo público. Os atores sociais diretamente atingidos pela primeira ofensiva dos aparelhos repressivos do Estado militarizado compreendiam os militantes ditos de esquerda, os janguistas, qualquer um que tivesse participação nas insurgências contra o golpe, integrantes dos movimentos sindical e estudantil e as ligas camponesas. No início do governo Castelo Branco, a Operação Limpeza conseguiu em 90 dias obteve o saldo de 10 a 50 mil prisões, dentre os quais cerca de centenas passaram pela tortura, havendo a incidência de algumas mortes⁷. Alto foi o preço do “milagre econômico” e curta foi sua duração.

Tal modelo, porém, não é implementado de uma hora para outra, encontrando resistência e atravessando dificuldades latentes. Mas a crise não se restringe ao modelo de acumulação: a economia de conjunto encontra-se em recessão. No Brasil, a resposta em curto prazo para conter a crise econômica coloca em marcha uma política de desenvolvimento industrial calcada no “arroucho salarial”. Os salários baixos passam a ser incompatíveis com o custo de vida, são restringidas as facilidades de crédito, culminando na carestia de vida. A crise afeta inclusive as classes médias.

⁶ TOSSATO, Ana (2009). “Mulheres no Ascenso Operário de 1978 a 1980”. In: Lutadoras – A História de Mulheres que Fizeram a história. Ed. Iskra, São Paulo-SP. P-289.

⁷ JOFFILY, Olívia Rangel (2005). “Esperança Equilibrista – Resistência Feminina à Ditadura Militar no Brasil 1964-1985”. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo-SP. P-65.



No momento que a crise alcança o seu ápice, os atores sociais contrários ao regime já haviam despertado há algum tempo, passando por um período de reorganização. O final da década de 1960 foi marcado pela insurgência de novos atores: um movimento estudantil à sombra do maio francês e das ondas contestatórias que realçam o protagonismo estudantil em vários países, inclusive no “cinturão de ferro” (como a Primavera de Praga e o ascenso no movimento estudantil polonês). Mas a ação transcende os muros das universidades, uma vez que eclode um movimento grevístico bastante contundente, entre os ramos fabris e de serviços públicos. Isso ocorre paralelamente ao ascenso estudantil, mas também de forma combinada, e em certa medida conforma-se uma aliança operário-estudantil, no espírito de que “a luta é uma só”. Não tardou até que a repressão tomasse suas medidas. Eis que o tenebroso Ato Institucional n.5 (AI-5) durante o governo Costa e Silva incumbiu-se de disseminar o terror para afugentar os fantasmas da convulsão social: Fecha-se o Congresso, bem como as assembléias estaduais e câmaras municipais; cassa-se mandatos, suspende-se direitos políticos, demite-se massivamente funcionários públicos civis e militares, bem como juízes; decreta-se estado de sítio. De acordo com Elio Gaspari, “escancarada, a ditadura firmou-se. A tortura foi seu instrumento extremo de coerção e o extermínio, o último recurso da repressão política, que o AI-5 liberou das amarras da legalidade”⁸. Conhecido como “o golpe dentro do golpe”, em cerca de 11 meses, o AI-5 colocou suas garras pra fora, revelando a sua faceta mais cruel: a tortura e o assassinato viram instrumentos de governo.

Eis que em 1969 surge a Operação Bandeirantes (OBAN por sua sigla), que consistia, em termos gerais, em uma organização paramilitar comprometida com a ação direta, operante nas margens da legalidade. Dentre os seus capatazes estavam oficiais do exército, da marinha, da aeronáutica, do DOPS, das polícias civil e federal, da força pública e da guarda civil. A OBAN contava ainda com o apoio do governador e do prefeito de São Paulo Abreu Sodré e Paulo Maluf e com doações do Grupo Ultragás, Ford e General Motors. De acordo com a socióloga Olívia Rangel Joffily:

Seus membros circulavam à paisana, em carros ‘chapafria’. Seu método consistia no seqüestro e na tortura de suspeitos de subversão, com o objetivo de obter informações que servissem de subsídio para novas ações. As confissões também serviam para orientar as fases do inquérito, a carga do DOPS ou da polícia federal e permitir posterior julgamento pela justiça militar⁹.

Mulher e Tortura

⁸ GASPARI, Elio (2003). “A Ditadura Escancarada”, Companhia das Letras, São Paulo-SP. P-13.

⁹ JOFFILY, Olívia Rangel (2005). P-74.



As técnicas de dessubjetivação variam entre os extremos da tortura a privações e invasões aparentemente insignificantes. Em concordância com vários estudos sobre os efeitos da tortura, o relato indica que, para além do objetivo de extrair informação, a tortura busca desarmar a subjetividade da vítima. Frequentemente acompanhada por violência sexual, a tortura dramatiza a profunda assimetria de poder entre torturador e torturado, utilizando essa brecha aplastante para privar a vítima de todo recurso de significação. As invasões convertem o corpo, a voz e as emoções da vítima em instrumentos de poder (...) A tortura procura produzir a perda de controle sobre as funções subjetivas, que funcionam como um signo da morte subjetiva.¹⁰

As palavras de Patrick Dove definem como a tortura é funcional ao regime ditatorial brasileiro, sobretudo em sua fase mais assustadora, que corresponde aos 10 anos de longevidade do funesto AI-5. Não obstante, a tortura foi um método subjacente aos regimes ditatoriais por toda a América Latina, ainda que não se confine nessa temporalidade, não tenha aqui sua origem, nem tão pouco o seu encerramento, já que essa prática não é incomum nas atuais democracias.

No caso das mulheres, a tortura adquire particularidades bastante específicas, como ressalta Joffily em sua tese de doutoramento:

Na tortura, as mulheres enfrentam uma dupla relação de poder: a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero – o não ser possível admitir que a mulher possa ter uma postura de igual para igual, a utilização de mecanismos de humilhação usando atributos de gênero. (...) outro recurso (é) o de explorar os sentimentos, partindo da pretensa fragilidade da mulher.¹¹

Joffily elabora um belíssimo trabalho de sistematização de informações para esboçar um perfil das mulheres militantes na época. Mães e esposas de desaparecidos políticos, feministas, militantes partidárias, guerrilheiras, sindicalistas, grevistas, ativistas estudantis, integrantes de movimentos de bairros ou eclesiais, essas mulheres enfrentavam dificuldades no seio da própria esquerda para afirmar-se enquanto atores políticos, poucas chegaram à direção e tinham que provar-se a todo o momento para ganhar a confiança de seus companheiros. Eram muitos os preconceitos da sociedade que encontravam eco na militância contrária ao regime, que passavam da noção de que o lugar da mulher é cuidando da família e dos afazeres domésticos até a visão do “sexo frágil” supostamente incompatível com a idéia de pegar em armas ou até mesmo protestos de rua. Joffily resgata a trajetória de algumas dessas mulheres, das dificuldades que enfrentaram e de sua brava resistência.

A década de 1970 brindou o ápice do feminismo, a segunda onda do feminismo mundial lançava luz, tanto do ponto de vista teórico, como ativista, sobre a opressão da mulher, colocando em xeque os valores que sujeitam a mulher aos confins da imanência. Mulheres em vários países foram às ruas e passaram a reivindicar direitos civis e trabalhistas. Consignas como “trabalho igual,

¹⁰ DOVE, Patrick (2005) “Narrativas de Justicia y Duelo: Testimonio y Literatura del Terrorismo de Estado em el Cono Sur” In: *Escrituras, Imágenes y Escenários ante la Represión*. Ed. Siglo XXI, Buenos Aires, Argentina.

¹¹ JOFFILY, Olívia Rangel (2005). P-124/125.



salário igual”, “pela legalização do aborto”, entre muitas outras se figuravam pelas ruas e universidades nos quatro cantos do mundo. Na América Latina, a segunda onda também encontrou ressonância, mas situando-se à margem da militância dos principais partidos políticos, sindicatos e outras instâncias representativas da esquerda. A marginalização acabava causando um *apartheid* entre as esquerdas e os movimentos ditos feministas. Mas por outro lado, “a existência precede a consciência” e o cotidiano da militância nas esquerdas obriga as mulheres a colocar em xeque algumas hierarquias imperantes nas frentes de atuação e nas estruturas político-organizacionais. A politização das mulheres e seu engajamento na luta de classes traziam à tona novos embates e novos questionamentos. Muitas mulheres não mais se contentavam com tarefas meramente organizativas, como colar cartazes e atuar como informantes. Elas queriam estar na linha de frente. Algumas conseguiram cumprir papéis dirigentes.

Se o machismo estava presente nas esquerdas, sem sombra de dúvidas, ele aparecia escancarado em seu vértice oposto: os agentes da ditadura. Retornando à questão da tortura, não há palavras capazes de traduzir os tratamentos conferidos às mulheres presas políticas. A tortura, tanto física como psicológica, como consta na tese de Joffily, quase sempre envolve algum tipo de agressão sexual: as roupas raras vezes permaneciam em seus corpos, o estupro era bastante comum, penetração de fios elétricos e objetos metálicos nas regiões erógenas, xingamentos, humilhação, eram usados os recursos mais atrozes para se extrair informação ao passo que se intentava destruí-las, fazer com que se sintam culpadas por não exercer o desígnio próprio de sua natureza feminina. Relatos de tortura envolvendo os filhos, a tortura de mães na frente dos filhos e ameaças das mais pérfidas eram empregadas para fragilizá-las. Os relatos colocam a desnudo o quão longe pode ir a barbárie humana.

Mesmo assim, os relatos expressam a força dessas mulheres, capazes de contrariar as expectativas de torturadores como o Coronel Góes comandante do Inquérito Policial Militar da Ação Popular em Belo Horizonte que fica impressionado com o silêncio de suas cobaias. Frente às atrocidades às quais estavam expostas ao “dar a cara a tapa”, elas construíram verdadeiras fortalezas, ou, como dizia Joffily, “trincheiras da resistência”. “O fato é que, naquele ambiente de aniquilação e morte, elas transformaram a dor em resistência e fizeram valer a força da vida”¹².

Bibliografia

ANDERSON, Perry (1981). “Las Antinomias de Antonio Gramsci”. Tradução: Lourdes Bassols, 2ª Edição. Editorial Fontamara S.A. Barcelona, Espanha.

¹² Id. Ibidem. P-125.



- BENJAMIN, Walter (1996). “Sobre o Conceito de História”. In: *Walter Benjamin – Obras Escolhidas Vol I: Magia e Técnica, Arte e Política*. Trad: Sérgio Paulo Rouanet. 10ª edição, Ed. Brasiliense, São Paulo-SP.
- _____ (2006). “Passagens”. Tradução: Irene Aron e Cleonice P. B. Mourão. Editora UFMG, Belo Horizonte-MG.
- COUTINHO, Carlos Nelson (2003). “Gramsci: um Estudo sobre o seu Pensamento Político”. 2ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro-RJ.
- DOVE, Patrick (2005) “Narrativas de Justicia y Duelo: Testimonio y Literatura del Terrorismo de Estado em el Cono Sur” In: *Escrituras, Imágenes y Escenários ante la Represión*. Ed. Siglo XXI, Buenos Aires, Argentina.
- FERNANDES, Florestan (1977). “Círculo Fechado – Quatro ensaios sobre o “Poder Institucional”. Segunda edição, HUCITEC, São Paulo-SP.
- GRAMSCI, Antônio (1978). “Concepção Dialética da História”, 2ª Edição. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ.
- _____ (2001). “Cadernos do Cárcere vol.1: Introdução ao Estudo da Filosofia / A Filosofia de Benedetto Croce”. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro-RJ.
- GASPARI, Elio (2003). “A Ditadura Escancarada”, Companhia das Letras, São Paulo-SP.
- GRUPPI, Luciano (1980). “O Conceito de Hegemonia em Gramsci”. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2ª Edição, Edições Graal, Ltda. Rio de Janeiro-RJ.
- HALL, Stuart. “Gramsci e Noi” (2008). In: *Studi Gramsciani nel Mondo – Gli Studi Culturali*”, Fondazione Istituto Gramsci, Società Editrice Il Mulino, Bolonha, Itália.
- JOFFILY, Olívia Rangel (2005). “Esperança Equilibrista – Resistência Feminina à Ditadura Militar no Brasil 1964-1985”. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo-SP.
- MORAES, Lygia Quartim de (1990). “A Experiência Feminista dos Anos Setenta”, Editora UNESP, Araraquara-SP.
- ORNELAS, Raúl (2006). “Contrahegemonías y Emancipaciones – Apuntes para um Inicio de Debate”. In: “Los Desafíos de las Emancipaciones en un Contexto Militarizado”. CLACSO, Buenos Aires, Argentina.
- TOSSATO, Ana (2009). “Mulheres no Ascenso Operário de 1978 a 1980”. In: *Lutadoras – A História de Mulheres que Fizeram a História*. Ed. Iskra, São Paulo-SP.
- SANTOS, Sheila Cristina (2008). “A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Reparação do Estado às Vítimas da Ditadura Militar no Brasil”. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais pela PUC-SP sob a orientação da PRF. Dra. Vera Lúcia M. Chaia, São Paulo-SP.
- TURNER, Graeme (1993). “British Cultural Studies – An Introduction”. 2ª Edição, Redwood Books. Londres, Inglaterra.
- WILLIAMS, Raymond (1979). “Marxismo e Literatura”. Tradução: Waltensir Dutra. Zahar Editores, Rio de Janeiro-RJ.
- Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e IEVE – Instituto de Estudos sobre a Violência de Estado (2009). “Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985). Imprensa Oficial, 2ª Edição. São Paulo-SP.